



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1783026 - SP (2018/0317857-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARIA MERCEDES OLIVEIRA FERNANDES DE LIMA E
OUTRO(S) - SP082402
MARCOS LASARO SILVEIRA - SP283917
RECORRIDO : LOURIVAL FRANCISCO DE MELLO
ADVOGADO : IVANO GALASSI JUNIOR - SP143539

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A., com fundamento nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 298-300, e-STJ):

AGRAVO REGIMENTAL - Suspensão da execução individual - Impossibilidade - Descabimento da inclusão dos juros remuneratórios no cálculo da dívida atualizada – Encargo não previsto pelo dispositivo da r. sentença exequenda -Suscitada competência do órgão colegiado para o julgamento do agravo de instrumento - Descabimento - Matéria de entendimento consolidado na Turma Julgadora - Hipótese em que o Relator pode julgar monocraticamente o recurso - Inteligência do parágrafo 1-A, do artigo 557 do Código de Processo Civil - Recursos improvidos.

Nas razões do recurso especial (fls. 359-381, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação seguintes artigos:

(i) 95, 97 e 98 do CDC e 475-B do CPC/1973, na medida em que é necessária a prévia liquidação do julgado coletivo;

(ii) 267, VI, e 586 do CPC/1973, pois a eficácia da sentença coletiva está restrita aos limites territoriais da competência do órgão prolator, no caso, o Distrito Federal;

(iii) 219 do CPC/1973 e 405 do CC/02, sob o fundamento de que os juros de mora devem ser contados desde a citação no processo executivo;

Contrarrazões às fls. 430-451, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Da leitura do acórdão recorrido, nota-se que o Tribunal local confirmou a sentença recorrida com base na seguinte fundamentação (fl. 300, e-STJ):

Ao contrário do pretendido, agiu com inteiro acerto o Desembargador Relator ao dar parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pelo Banco, eis que esta Turma Julgadora possui entendimento consolidado acerca da possibilidade de o Relator julgar monocraticamente o recurso, do descabimento da suspensão da execução individual, bem como no tocante ao descabimento dos juros remuneratórios no quantum debeatur.

Em desfavor de tal acórdão não foram opostos embargos de declaração.

Nota-se, portanto, que as questões suscitadas no recurso especial não foram apreciadas pelo Tribunal local.

De fato, para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, de modo a definir a correta interpretação da legislação federal.

Nesse contexto, revela-se impossível a admissão do recurso especial, com fulcro nos enunciados firmados pelas Súmulas 282 e 356 do STF. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. REQUISITOS PREENCHIDOS. NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL. PROCESSO UTILIZADO COMO DIFUSOR DE ESTRATÉGIAS. IMPOSSIBILIDADE DO MANEJO DA CHAMADA "NULIDADE DE ALGIBEIRA". ALEGADA CONFISSÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282/STJ E 356/STJ. REVISÃO DAS CONCLUSÕES DO TRIBUNAL ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

5. A Corte regional não apreciou a tese da alegada confissão judicial e a parte recorrente não opôs embargos de declaração objetivando suprir eventual omissão, não estando presente o necessário prequestionamento. Incidência dos enunciados previstos nas Súmulas 282 e 356 do STF.

(...)

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1181699/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. LEGITIMIDADE PASSIVA. INTERESSE DE AGIR. COMPROVAÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Fica inviabilizado o conhecimento de temas trazidos no recurso especial, mas não debatidos e decididos nas instâncias ordinárias, tampouco opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 699.757/PB, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 28/05/2018)

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator